



Política de Avaliação Institucional no Ensino Médio: o SisPAE no contexto das escolas de Ensino Médio do Estado do Pará

Institutional Evaluation Policy in High School: SisPAE in the context of high schools in the State of Pará

Emanuelly Leticia das Mercês Silva
Mestranda em Currículo e Gestão da Escola Básica
Universidade Federal do Pará UFPA
Belém, Pará – Brasil
emamercês04@gmail.com

Maria de Fátima Matos de Souza
Pós-Doutorado em Educação
Universidade Federal do Pará – UFPA
Belém, Pará – Brasil
fmatoz@gmail.com

Gabriel Siqueira Lima
Graduando em Pedagogia
Universidade Federal do Pará – UFPA
Belém, Pará – Brasil
gabriel.lima@iced.ufpa.br

Resumo: Este artigo aborda a política de Avaliação Institucional do Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE no Ensino Médio do Estado do Pará, tendo como objetivo analisar como o SisPAE vem se desenvolvendo nas escolas do Ensino Médio público paraense. A abordagem empregue é qualitativa, e se utilizou a pesquisa documental para alcançar seus objetivos. Entre os seus referenciais teóricos estão: Bonamino e Franco (2001), Noronha, Araújo e Costa (2017) e Vianna (2003). Os documentos utilizados na pesquisa foram: Lei de Criação do SisPAE, revistas pedagógicas do SisPAE e demais documentos que orientaram sua criação. Conclui-se que o SisPAE replica muitos modelos de avaliação em larga escala existentes no país, se concentrando apenas em mensurar os resultados e dados obtidos com suas avaliações, o que pode ser considerado escasso para compreender o processo educativo em seu processo histórico, político e social, principalmente quando se trata das especificidades referentes ao Ensino Médio público da Região Norte.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Ensino Médio; SisPAE.

Abstract: This article deals with the Institutional Assessment policy of the Pará State Educational Assessment System (SisPAE) in secondary schools in the state of Pará, with the aim of analyzing how SisPAE has been developed in public secondary schools in Pará. The approach employed is qualitative, and documentary research was used to achieve its objectives. Its theoretical references include Bonamino and Franco (2001), Noronha, Araújo and Costa (2017) and Vianna (2003). The documents used in the research were: the SisPAE Creation Law, SisPAE pedagogical magazines and other documents that guided its creation. The conclusion is that SisPAE replicates many large-scale assessment models in the country, focusing only on measuring the results and data obtained from its assessments, which can be considered scarce for understanding the educational process in its historical, political and social process, especially when it comes to the specificities of public secondary education in the North Region.

Keywords: Institutional Evaluation; High School; SisPAE.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

SILVA, Emanuelly Leticia das Mercês; SOUZA, Maria de Fátima Matos de; LIMA, Gabriel Siqueira. Política de Avaliação Institucional no Ensino Médio: o SisPAE no contexto das escolas de Ensino Médio do Estado do Pará. *Dialogia*, São Paulo, n. 46, p. 1-14, e25103, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/46.2023.25103>

American Psychological Association (APA)

Silva, E. L. das. M., Souza, M. de. F. M. de., & Lima, G. S. (2023, set./dez.). Política de Avaliação Institucional no Ensino Médio: o SisPAE no contexto das escolas de Ensino Médio do Estado do Pará. *Dialogia*, São Paulo, 45, p. 1-14, e25103. <https://doi.org/10.5585/46.2023.25103>

Introdução

As reformas educacionais implantadas pelo governo brasileiro a partir da década de 1990 trouxeram para a centralidade do debate educacional a chamada "qualidade do ensino", aferida por meio da avaliação externa em larga escala, cujo principal propósito é a regulação federal, justificada pelo Estado e sistemas de ensino como elemento necessário e primordial para elaboração de políticas públicas educacionais no país.

As escolas de Educação Básica têm sido pressionadas, ao longo desse período, a apresentarem resultados que demonstrem sua eficiência apenas do ponto de vista quantitativo, por meio de avaliações padronizadas e estandardizadas, que não levam em consideração as diferenças e especificidades educacionais das regiões brasileiras e seus aspectos qualitativos, demonstrando maior preocupação com o ranqueamento dos resultados produzidos pelas unidades escolares do que propriamente com a chamada "qualidade do ensino", fundamentados nos documentos oficiais que implementam a avaliação, como é o caso do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Conforme explicita Freitas (2004, p. 664):

A configuração inicial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb – teve lugar no fim da década de 1980, vindo a consolidar-se na segunda metade dos anos de 1990, quando foi também reestruturado e “modernizado” o sistema de estatísticas e indicadores educacionais. Nesse período, foram ampliados os meios operacionais de centralização da avaliação educacional com a inclusão de exames nacionais: o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja.

A partir de sua implantação, o SAEB passou a ser a principal ferramenta de avaliação padronizada em larga escala no país, com a finalidade de monitorar a qualidade e de fazer com que diferentes atores educacionais incorporassem a avaliação externa em seu cotidiano como ferramenta de apoio para melhorar a qualidade do ensino. Na concepção de Franco e Bonamino

(2001), em linhas gerais, essa avaliação tem por finalidade gerenciar dados referentes à qualidade e eficiência da educação ofertada nas instituições brasileiras de ensino, seja público ou privado, obedecendo a um intermédio de aplicação de testes padronizados, por meio de questionários, aos quais os alunos são submetidos.

Partindo desse estímulo do SAEB, para que os diferentes atores incorporassem a avaliação externa em seu cotidiano escolar, com o discurso de melhoria da "qualidade do ensino", cujos resultados das avaliações devem promover a implantação de políticas públicas educacionais, capazes de contribuir para a melhoria do desempenho escolar, o Estado do Pará criou, no ano de

2013, o Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE, conforme poder ser observado na Portaria N° 919/2014-GS/SEDUC, em seu Art. 1°:

Fica instituído o Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE, com a finalidade de acompanhar e avaliar o desempenho escolar, possibilitando subsidiar a rede pública estadual de ensino na elaboração do planejamento educacional e de ensino, com ênfase nos indicadores de desempenho escolar dos alunos, objetivando a melhoria da qualidade da aprendizagem e o êxito dos alunos no cumprimento do percurso acadêmico, de modo a elevar os índices de desenvolvimento da educação básica do Pará (Pará, 2014).

Como se verifica, o SisPAE surge associado a uma matriz central de avaliação com especificidade que dá ênfase e investiga fundamentalmente o desempenho escolar dos estudantes, cujos resultados são transformados em indicadores educacionais, visando a chamada "melhoria do ensino" ou ainda, o "êxito dos alunos". Conforme demonstra o artigo da portaria, não se faz menção a garantia da qualidade do processo de aprendizagem do aluno relacionando-a com sua forma integral, humana e holística que lhe é própria, muito pelo contrário, há uma valorização dos indicadores de desempenho para subsidiar o planejamento educacional, associando o êxito dos estudantes aos "índices de desenvolvimento da educação básica do Pará".

Partindo dessa preocupação expressa, o presente artigo tem por objetivo compreender como o SisPAE vem se desenvolvendo nas escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Pará, de modo que leve em consideração a efetiva preocupação do sistema de avaliação, apenas com os indicadores que necessitam serem alcançados nos índices educacionais projetados, o que de certa forma define o "êxito dos alunos" em seu percurso acadêmico.

Metodologicamente, utilizamos a abordagem qualitativa para a produção desse estudo, por ela possibilitar a reflexão do contexto em que a política de Avaliação Institucional da rede pública do Estado do Pará foi gerada. Fez-se o uso da pesquisa documental para buscar responder os questionamentos e alcançar os objetivos deste artigo, a fim de compreendermos o que motivou a implantação da política de avaliação do SisPAE e como esta, adentrou nas escolas públicas de Ensino Médio paraense. O referencial teórico que embasa esta pesquisa se pauta em: Bonamino e Franco (2001), Noronha, Araújo e Costa (2017) e Vianna (2003). Dentre os documentos analisados estão: Lei de criação do SisPAE (2014), as revistas pedagógicas do SisPAE e demais documentos que orientam o sistema.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira tratamos do "Cenário do Ensino Médio nas escolas públicas no Estado do Pará", em que apresentamos os indicadores do Ensino Médio no Estado do Pará, medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, com a finalidade de situar o papel do SAEB na melhoria do Ensino Médio nas escolas públicas paraense;

na segunda seção, "A implementação do SisPAE nas escolas públicas de Ensino Médio paraense", apresentamos o processo de implementação do SisPAE e seus respectivos resultados. Posteriormente, finalizamos com nossas considerações finais, apontando os aspectos mais relevantes que foram constatados no estudo, bem como algumas contribuições para as discussões sobre o tema.

1 Cenário do Ensino Médio nas escolas públicas no Estado do Pará

As políticas educacionais desenvolvidas no Ensino Médio no Estado do Pará têm se mostrado ao longo dos anos, com excessiva preocupação em buscar de maneira limitada, a superação dos índices educacionais pouco satisfatórios, a partir de concepções essencialmente quantitativas na forma de considerar os resultados alcançados pelos estudantes nas avaliações nacionais da educação. Os programas educacionais implantados no Ensino Médio têm como prioridade - quase exclusiva em suas agendas - a superação dos péssimos resultados em relação ao déficit de ensino nacional, o que negligencia outros fenômenos educacionais que fazem parte da realidade e do funcionamento das escolas, assim como da diversidade que compreende aos seus estudantes.

Em sua essência, o Ensino Médio público do Pará, em grande parte da sua história, foi fundamentado mediante esta concepção e dinâmica de pensamento, permanecendo até os dias atuais. Todavia, com o passar dos anos, houve a necessidade de ampliar essa matriz, em vista do processo educativo não se constituir somente da mensuração de resultados que só podem ser concebidos de forma quantificável, mas, ao contrário, apresenta questões bem mais complexas em seu contexto social.

Assim sendo, se fez necessário compreender a etapa do Ensino Médio para além da quantificação de resultados obtidos em testes padronizados pelos estudantes, buscando a viabilização de políticas públicas que contemplem outros segmentos que norteiam essa etapa do ensino, como a qualidade educacional, levando em consideração o processo de formação integral dos alunos, como suas habilidades físicas, cognitivas e emocionais, o acesso e permanência, os componentes socioeconômicos e suas influências na aprendizagem dos indivíduos, entre muitos outros fatores existentes. De acordo com Corrêa e Barreto (1999, p.27), ao longo do tempo, começaram a se pensar “ações que visam possibilitar aos cidadãos não apenas o acesso e a permanência na escola, mas também a prestação de serviços de qualidade por parte dessas instituições”.

Todavia, essa nova lógica de pensamento para garantir tais direitos nunca deixou de estar relacionada às práticas das avaliações externas e institucionais, que tem como foco principal, medir

o nível de aprendizagem dos estudantes por meio de testes padronizados. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, se tornou o principal parâmetro para isso, sendo Estados e Municípios monitorados por esse indicador desde então. Segundo dados de 2019 do IDEB, o Ensino Médio paraense se encontra na penúltima posição dos *rankings* de avaliação nacional de educação, sendo a segunda pior quando situada apenas na Região Norte, ficando à frente somente do Estado do Amapá.

Criado pelo Ministério da Educação (MEC), o IDEB calcula, a cada dois anos, em uma escala que vai de 0 a 10, o desempenho das escolas públicas e privadas do Brasil. Esse diagnóstico de avaliação da qualidade contempla tanto o Ensino Fundamental como o Ensino Médio. Esse processo ocorre mediante questões que são aplicadas aos estudantes em provas de Língua Portuguesa e Matemática no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que mede e calcula a cada dois anos, as taxas de aprovação e reprovação de cada escola nas Regiões, Estados e Municípios do país.

No diagnóstico do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2017, as metas estabelecidas para elevar a qualidade do Ensino Médio no Pará não foram atingidas. A meta proposta pelo “Pacto pela Educação no Pará”, principal programa desenvolvido pelo então Governo do Estado na época, buscava o enfrentamento da problemática acerca dos resultados abaixo do esperado nas escolas públicas da Região, e visou ampliar em 30% o IDEB do Pará até o ano de 2017. No entanto, os resultados revelaram a fragilidade e os desafios das políticas públicas educacionais compreendidas justamente no âmbito da avaliação e diagnóstico dos processos educativos e da oferta de ensino.

Mesmo com a implementação de algumas políticas públicas de educação pensadas pelo Governo durante esse período, o cenário do Ensino Médio paraense se configurava, e ainda se configura, com resultados pouco favoráveis diante das ações desenvolvidas antes, durante e após a criação e implementação do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE).

O SisPAE, enquanto política educacional central contida dentro do programa “Pacto Pela Educação no Pará”, ainda enfrenta grandes desafios em sua aplicação efetiva nas escolas, seja pela falta de compreensão de seu método e filosofia por parte dos gestores, professores e demais profissionais da educação presentes nesse contexto, ou pela falta de compreensão da dinâmica com a qual este sistema opera. Somando-se a isso, os resultados dessas avaliações por si só não dão conta de entender as dificuldades e problemáticas que envolvem os sistemas de ensino em sua integralidade como, por exemplo, a precariedade que encontramos em muitos espaços físicos escolares, e que também influencia significativamente na perda da qualidade da educação no Estado. Como evidenciam Noronha, Araújo e Costa (2017):

Vale ressaltar que o aspecto das condições de oferta do ensino envolve diversos elementos, como o espaço físico, serviços oferecidos, equipamentos, bibliotecas, laboratórios específicos, áreas de convivência, de recreação e de práticas desportivas, dentre outros, por representarem importantes elementos para a construção de uma educação de qualidade (Noronha; Araújo; amp; Costa, 2017, p.211).

Ao realizar uma pesquisa minuciosa acerca da estrutura física e condições das instalações escolares da rede pública estadual paraense, no que se refere a etapa do Ensino Médio, o cenário desses espaços apresenta vulnerabilidade significativa em sua organização. Muitas escolas sofrem com a carência de espaços essenciais para o desenvolvimento e funcionamento pleno de suas atividades pedagógicas. Para além disso, vivenciam condições ambientais, de acesso e de higiene extremamente precárias, o que reflete essencialmente na perda de qualquer possibilidade de progresso projetado para a melhoria da qualidade e dos índices educacionais desejados nas avaliações aplicadas, bem como em outras ações e políticas desenvolvidas que podem ser pensadas e efetivadas a partir delas. Sobre isso, Queiroz, Vale e Santos (2018, p.574) afirmam que:

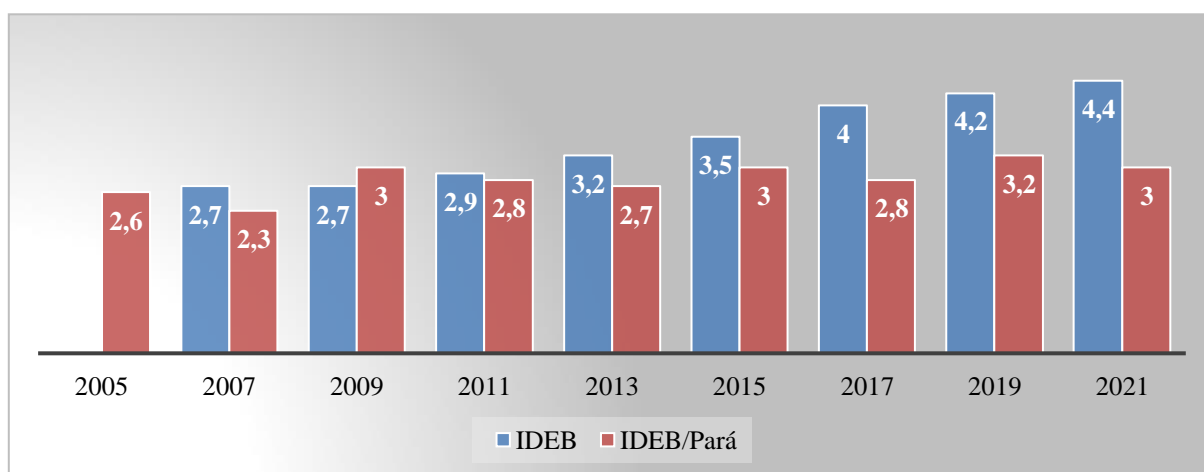
A inadequação da arquitetura reflete de forma direta no desenvolvimento das atividades educacionais. As condições climáticas na região amazônica, com índices pluviométricos elevados impossibilita a comunidade escolar conviver com dignidade no espaço com telhado adequado em apenas 39,7% das unidades de ensino, sem contar com outras condições físicas incipientes.

Como podemos verificar, o contexto do Ensino Médio nas escolas da rede pública estadual no Pará ainda apresenta caminhos complexos a serem percorridos no que diz respeito a alcançar as metas projetadas e a garantia da qualidade da oferta de ensino. Compreender o cenário, suas complexidades e os desafios que estão postos, tanto aqueles relacionados ao processo sistemático e organizacional dessa etapa de ensino, principalmente aqueles referentes às informações e dados obtidos com as avaliações realizadas, como os que se relacionam diretamente com as especificidades de nossa região, é de suma importância. Sabe-se que ter conhecimento de tal prática avaliativa por parte das escolas, de seus profissionais e daqueles que estão inseridos nesse processo junto ao sistema pode ajudar na melhoria da qualidade educacional no Estado, assim como na melhoria dos índices do Ensino Médio da Educação Básica pública paraense. Por isso, este estudo além de versar sobre o foco principal de sua discussão que é o SisPAE, também realizou reflexões acerca do SAEB e IDEB.

Em 2013, o SAEB era composto por três avaliações externas em larga escala, são elas: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Quanto ao IDEB, trata-se de um indicador que é aferido a partir do exame do SAEB e da Prova Brasil e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a

qualidade da educação: o fluxo escolar (aprovação, reprovação, abandono) e as médias de desempenho nas avaliações. Esse índice oficial é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho. A meta nacional projetada para o IDEB do Ensino Médio em 2021 era alcançar a média 4,4, valor correspondente a um sistema educacional de qualidade a época. Todavia, no Estado do Pará, essa meta não foi cumprida, como pode ser observado nos números relacionados ao IDEB do Estado, constante no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Comparação entre a média nacional do IDEB e a média do IDEB do Ensino Médio no Estado do Pará



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2021).

Nos dados presentes no gráfico acima, percebe-se que mesmo após três décadas de funcionamento do SAEB, a única vez que o Ensino Médio paraense atingiu a média nacional projetada pelo IDEB foi no ano de 2009. Em se tratando do SisPAE, criado em 2013, podemos observar que desde sua criação/implementação até 2021 a meta do IDEB para esse nível de ensino nunca foi alcançada, revelando a pouca eficácia desse processo e as dificuldades e desafios enfrentados por ambos os sistemas de avaliação no Estado.

Verificamos ainda, que o IDEB de 2021 no Ensino Médio da rede estadual de ensino no Pará diminuiu se comparado ao ano de 2019, não atingido a meta do IDEB estipulada em 4,4, tendo ficado com a média 3,0. Apesar do Pará ter alcançado a meta para o Ensino Médio apenas uma única vez na história, a queda dos índices durante este período entre 2019 e 2021, além das problemáticas enfrentadas pelas escolas em seu cotidiano e que já foram anunciadas neste artigo, pode estar relacionada com a pandemia ocasionada pela COVID-19, que assolou o mundo inteiro, causando a paralisação das atividades presenciais nas escolas brasileiras. Conforme aponta estudos realizados por Oliveira e Correia (2022, p.2):

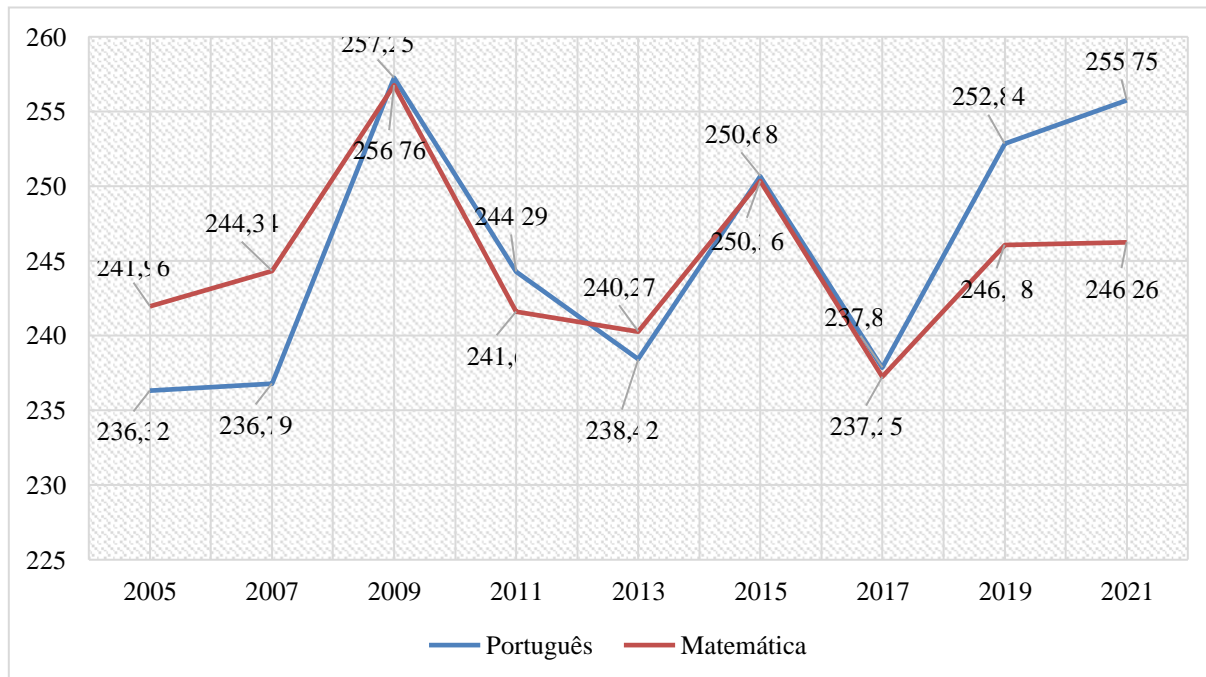
Após um ano do início da pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) no Brasil, os números oficiais ultrapassam 600 mil vidas perdidas em outubro de 2021, número que no Pará já alcançou mais de 16 mil óbitos. Diante desse cenário, fomos forçados a paralisar imediatamente as atividades na educação, uma das áreas mais afetadas pelo isolamento social, que necessitou da redefinição de estratégias para dar conta da rotina de trabalho, do planejamento, da oferta do ensino, bem como da intensificação do uso das tecnologias diante das diversas situações que se apresentaram no ambiente escolar.

Como explicam as autoras, o número de infecções e óbitos pela COVID-19 no Estado do Pará causou o caos no meio educacional, tornando impraticável pensar em qualidade de ensino a partir de uma perspectiva plena e integral naquele momento, pois a prioridade era se prevenir e nos mantermos afastados uns dos outros socialmente, o máximo possível, para salvar vidas em meio a pandemia. Essa realidade pandêmica pode justificar a queda dos níveis de aprendizagem medido pelo SAEB no ano de 2021 no ensino Médio paraense, demonstrado, inclusive, o grande desafio a ser enfrentado na rede estadual de ensino: possibilitar condições objetivas e garantias reais para a aprendizagem dos alunos, com um fluxo escolar adequado, dado o comprometimento das atividades pedagógicas durante este período.

Nesse sentido, será necessário um grande esforço para que seja efetivada a proposta de Currículo Continuum (2020/2021) definida pela Rede para o alcance dos objetivos, tendo em vista que a pandemia da Covid-19 ainda perdurará, e as atividades até aqui realizadas foram muito precárias e descompassadas de escola para escola, de região para região; tudo isso ocasionou tempos diferenciados de restabelecimento da “normalidade” curricular, além de como muito do que foi irremediavelmente perdido neste ano precisará ser recuperado no próximo, tornando o desafio pedagógico ainda mais complexo (Monteiro; Correia, 2022, p. 2).

Sobre esse aspecto curricular mencionado pelas autoras, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática possuem relação direta com a avaliação da aprendizagem dos estudantes, em vista de serem as principais disciplinas avaliadas nos exames em larga escala como o SAEB, SisPAE, entre outros existentes na educação do Brasil. Os dados resultantes dos indicadores do IDEB, apresentados no gráfico abaixo, apresentam a média de proficiência do Ensino Médio tanto na disciplina de Português, como em Matemática no Estado do Pará.

Gráfico 2 - Média de proficiência do IDEB em Português e Matemática no Estado do Pará no EM



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2021).

A média de proficiência do IDEB é o indicador de aprendizado que varia de 0 até 10 (apresentado no quadro 11), e quanto maior a pontuação, melhor o resultado. Porém, o 10 é praticamente inatingível – significaria que todos os alunos obtiveram um rendimento acima das expectativas. No Estado do Pará, verifica-se no gráfico II que essa média vem oscilando progressivamente nos últimos anos de forma preocupante, visto que os avanços são muito pequenos. O aprendizado em Português após 2017 vem demonstrando um pequeno crescimento, porém, em Matemática os dados se mantiveram quase que inalterados nos anos de 2019 e 2021.

Os indicadores do IDEB contribuem para a reflexão de que historicamente o Ensino Médio no Estado do Pará sempre foi a reboque da política nacional do Ensino Médio brasileiro, sofrendo com influências significativas nesse processo. Mesmo quando o Estado implementa sua própria política de avaliação, visando alavancar os indicadores de qualidade da educação, essa política não consegue atingir os objetivos para qual foi criada, como é o caso do SisPAE, que se encontra presente na rede estadual de ensino paraense.

2 A Implementação do SisPAE nas escolas públicas de Ensino Médio paraense

O Estado do Pará apresentou em 2013 sua própria política de avaliação institucional e externa na rede estadual de ensino, sendo efetivada no ano seguinte como "Sistema Paraense de Avaliação Educacional" (SisPAE), instituído pela Portaria N° 919/2014-GS/SEDUC, e que vem sendo implementado pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). O SisPAE tem como objetivo principal a avaliação em larga escala do processo de ensino e aprendizagem das instituições de ensino do Estado, cuja finalidade é medir o desempenho dos estudantes paraenses nas disciplinas de Português e Matemática.

No site oficial da SEDUC/PA, acerca das informações apresentadas no histórico da avaliação em larga escala nas redes de ensino do Pará, o SisPAE é apresentado e definido da seguinte forma:

O Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE) foi uma das iniciativas criadas no âmbito do Projeto de Melhoria da Qualidade e Ampliação da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará. Seu marco espelha o esforço do governo paraense para melhorar os indicadores da educação pública paraense (SEDUC, 2019).

Com essa finalidade, o SisPAE foi criado para subsidiar as ações da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e Prefeituras, como política pública de estado de natureza sistêmica, se propondo buscar o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem do sistema público da Educação Básica do Estado. O SisPAE conta, ainda, com influências e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que intensifica uma parceria conhecida popularmente nos estudos sobre financiamento da educação como "relação público-privada".

Em princípio, o SisPAE incorporou uma série de procedimentos destinados a fortalecer a sintonia entre a avaliação em larga escala e as prioridades educacionais do Estado do Pará e

aferiu censitariamente o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática de estudantes dos 4º e 5º anos e de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, além dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Após implementação do SisPAE, sua avaliação na rede de ensino ocorreu em três edições anuais consecutivas: 2014, 2015 e 2016. A partir do período de 2016, as edições passaram a ser bianuais, o que caracteriza a identidade do Sistema Paraense de Avaliação Educacional hoje.

A metodologia do SisPAE compreende quatro níveis de proficiência, em que os pontos de escalas das proficiências utilizadas fazem referência à Prova Brasil e ao SAEB. Esses níveis são definidos a partir das expectativas em relação à aprendizagem (conhecimentos, habilidades e competências) que são definidas para cada ano de ensino e disciplina avaliada. No quadro abaixo, podemos visualizar os quatro níveis de proficiência do SisPAE.

Quadro 1 - Níveis de proficiência do SisPAE

Níveis de Proficiência	Descrição
Abaixo do Básico	Os alunos, neste nível demonstram domínio insuficiente dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para o ano escolar em que se encontram.
Básico	Os alunos, neste nível demonstram domínio mínimo dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para o ano escolar em que se encontram.
Adequado	Os alunos, neste nível demonstram domínio pleno dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para o ano escolar em que se encontram.
Avançado	Os alunos, neste nível demonstram domínio pleno dos conhecimentos, habilidades e competências acima para o requerido na série escolar em que se encontram.

Fonte: <https://www.seduc.pa.gov.br/sispae/index> Dados da Seduc/PA (2023).

Tais níveis de proficiência contemplam uma média específica para cada ano escolar para cada disciplina avaliada, no caso do SisPAE, são avaliados os conhecimentos dos estudantes em apenas duas disciplinas, Língua Portuguesa e Matemática. No quadro a seguir, apresentamos as médias para os três anos do Ensino Médio:

Quadro 2 - Média de Proficiência do SisPAE em Língua Portuguesa e Matemática para o EM

Proficiência / Língua Portuguesa	1º EM	2º EM	3º EM	Proficiência / Matemática	1º EM	2º EM	3º EM
Abaixo do Básico	< 215	< 230	< 250	Abaixo do Básico	< 235	< 250	< 275
Básico	215 a < 280	230 a < 290	250 a < 300	Básico	235 a < 310	250 < a 325	275 a < 350
Adequado	280 a < 340	290 a < 350	300 a < 375	Adequado	310 a < 360	325 a < 375	350 a < 400
Avançado	≥ 340	≥ 350	≥ 375	Avançado	≥ 360	≥ 375	≥ 400

Fonte: <https://www.seduc.pa.gov.br/sispae/index> Dados da Seduc/PA (2023).

O SisPAE foi criado justamente para se tornar o principal mecanismo de avaliação e de análise da educação no Pará e, obviamente, como qualquer outro sistema, traz em sua filosofia e metodologia concepções de educação e de avaliação que já se fazem presentes na política nacional de avaliação, assim como em outras políticas estaduais, o que faz do sistema estadual uma exigência legal. Todavia, na literatura científica sobre o tema das avaliações institucionais e externas, existem discussões relevantes acerca de como tais concepções de avaliação são defendidas e incorporadas nos documentos legais e nas políticas públicas para a educação, e que em sua maioria, como já pôde ser constatado nesse estudo, compreendem esse tipo de avaliação sob a ótica da política de resultados, com foco exclusivo nos índices educacionais alcançados com suas provas.

As avaliações educacionais se configuram em uma diversidade de conceitos, em que as ações dos programas de avaliação não podem existir de maneira isolada, mas de forma relacionada ao funcionamento e ao contexto social e histórico das instituições educativas, contemplando assim, uma política de transformação em vista de a educação estar relacionada a todos estes aspectos. Ou seja, não há como levar em consideração o processo avaliativo seja ele qual for, a partir de uma política que preze e dê ênfase apenas em seus indicadores quantitativos. A esse respeito, Vianna (2003) corrobora com a nossa posição quando afirma que os resultados das avaliações não devem ser usados única e exclusivamente para traduzir certos desempenhos escolares. A sua utilização implica em servir de forma positiva na definição de novas políticas públicas, de projetos de implantação e modificação de currículos, de programas de formação continuada dos docentes e, de maneira decisiva, na definição de elementos para a tomada de decisões que venham provocar um impacto, ou seja, provocar mudanças promissoras no pensar e no agir daqueles que integram o sistema.

Em sua primeira edição, no ano de 2014, o SisPAE envolveu a participação de 4.074 escolas públicas paraenses, sendo desse total 886 da rede estadual. Inicialmente foi previsto a participação de 807.393 mil estudantes, mas participaram efetivamente 583.823 mil, ou seja, 72,3% do esperado entre Estados e Municípios. Desse total, 188.799 mil estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio realizaram as provas do sistema.

Os testes avaliaram o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, e que, de acordo com a comissão organizadora do sistema, tiveram como objetivos centrais o foco na leitura e na resolução de problemas. Tanto nas provas de Português como nas de Matemática o padrão de desempenho dos estudantes do Ensino Médio ficou abaixo do projetado. Os indicadores revelaram, nessa primeira edição, uma fragilidade que já se fazia presente nos resultados das avaliações do SAEB, em que 82% dos estudantes apresentaram domínio insuficiente das

competências e habilidades avaliadas, chegando a apresentar 0% para o percentual de proficiência no nível avançado para o 3º Ano do EM.

Os índices das avaliações realizadas em 2014, assim como os das edições anuais posteriores, expressaram a urgência de repensar nossas políticas públicas voltadas para a educação no Estado, evidenciando a necessidade de se construir possibilidades mais efetivas e consistentes, o que pressupõe esforços mais objetivos entre a Secretaria Estadual de Educação, instituições de ensino, profissionais, comunidade e demais sujeitos envolvidos neste processo. Para além disso, revelou o desafio em trabalhar ante os resultados e informações adquiridas com as provas do sistema, em vista de superar tal problemática existente.

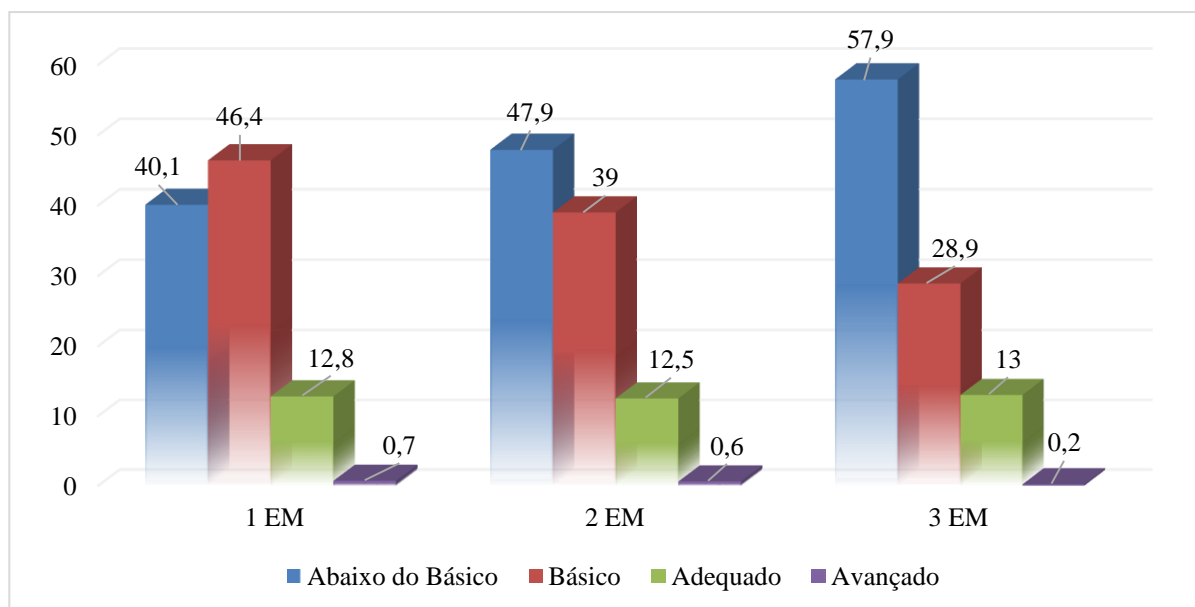
Nas edições bianuais, que caracterizam a estrutura do sistema de avaliação do SisPAE atualmente e que se iniciaram em 2016, os dados obtidos não tiveram grandes mudanças em relação às edições anteriores no que diz respeito ao Ensino Médio. A abrangência de participação das escolas e do público participante oscilou pouquíssimo, tanto para mais ou para menos nessas respectivas edições. Os resultados nas provas de Português e Matemática também se concentraram parcialmente nos mesmos índices das edições anteriores, obrigando o Estado, juntamente com a SEDUC/PA, escolas e seus profissionais, a pensar e a construir estratégias e mecanismos para superar tais desafios diante dos resultados pouco satisfatórios.

A edição do SisPAE 2016 teve participação de alunos, professores e diretores de 3.534 escolas, distribuídas por 144 municípios paraenses. Foram 814 escolas estaduais, 2.714 escolas municipais e 6 casas familiares rurais. De 563.413 mil alunos matriculados em 3.704 escolas, participaram da avaliação 376.830 alunos em Língua Portuguesa e 376.684 alunos em Matemática, o que resultou na média de 67% em relação ao total de alunos previstos. Em relação à edição de 2015, o percentual de participação dos estudantes na edição de 2016 foi menor, refletindo diferenças entre o número de estudantes previstos e o de participantes que realizaram a avaliação, em particular, no Ensino Médio.

Nas provas do SisPAE 2016 foram utilizadas algumas ferramentas que fazem parte de sua composição, como os itens elaborados com base nas habilidades indicadas nas Matrizes de Referência da Avaliação, e que foram testadas no SisPAE 2014 e SisPAE 2015, seguindo a metodologia exclusivamente desenvolvida para essa avaliação. Essa metodologia se configura em “[...] itens comuns ao SAEB/Prova Brasil, em vista de assegurar a comparabilidade tanto entre os resultados do SisPAE, bem como com os resultados da avaliação nacional, sendo denominados de “itens de ligação” (PARÁ, 2016).

Nos gráficos a seguir, com base em tal metodologia empregada pelo sistema, apresentamos os percentuais dos estudantes do Ensino Médio na edição do SisPAE 2016 nos níveis de proficiência em Português e Matemática, respectivamente.

Gráfico 3 - Percentuais de Alunos por Nível de Proficiência em Língua Portuguesa no EM no Estado Pará – SisPAE 2016



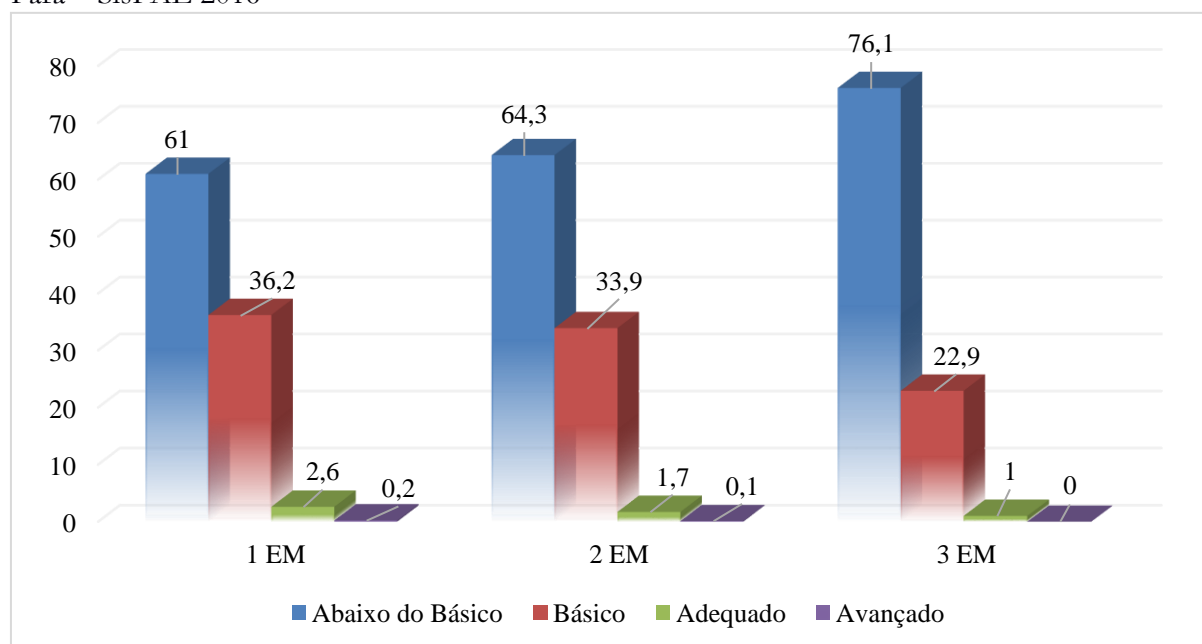
Fonte: Revista Pedagógica do SisPAE (2016).

Apesar de uma pequena melhora em relação aos resultados de 2015, os índices do SisPAE 2016 apresentaram enorme disparidade em relação à porcentagem de alunos que se encontravam no Nível Abaixo do Básico no EM paraense. Como pode ser constatado no gráfico3, no 1º Ano do EM, 40,1% dos estudantes demonstraram domínio insuficiente dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para o ano escolar em que se encontravam, na disciplina de Língua Portuguesa. Quando se trata do 2º Ano e do 3º Ano do EM, esses números foram ainda mais expressivos, em que 47,9% e 57,9% dos estudantes manifestaram domínio insuficiente dos conhecimentos esperados para a disciplina de Português, demonstrando uma problemática eminente no que se refere aos resultados das avaliações em larga escala iguais a do SisPAE, fazendo-nos questionar que ações são realizadas e que estratégias são criadas pedagogicamente para melhorar o processo educacional do EM paraense a partir dos resultados obtidos com essa avaliação, haja vista que os indicadores permanecem abaixo do esperado.

Diferentemente do Nível de Proficiência em Português, em Matemática os resultados do SisPAE 2016 no EM do Pará se mantiveram praticamente inalterados em relação a 2015. No 1º Ano do EM, por exemplo, a Proficiência alcançada pelos estudantes teve pequena queda, indo de 230,5 em 2015 para 229,3 em 2016. Em relação ao 2º Ano e 3º Ano, o crescimento é mínimo, não

chegando a crescer nem 1,0 no 2º Ano, e pouco mais de 4,0 para o 3º Ano. No gráfico abaixo podemos verificar a porcentagem do Nível de Proficiência em Matemática no SisPAE 2016 alcançado por estudantes do EM paraense.

Gráfico 4 - Percentuais de Alunos por Nível de Proficiência em Matemática no EM no Estado Pará – SisPAE 2016



Fonte: Revista Pedagógica do SisPAE (2016).

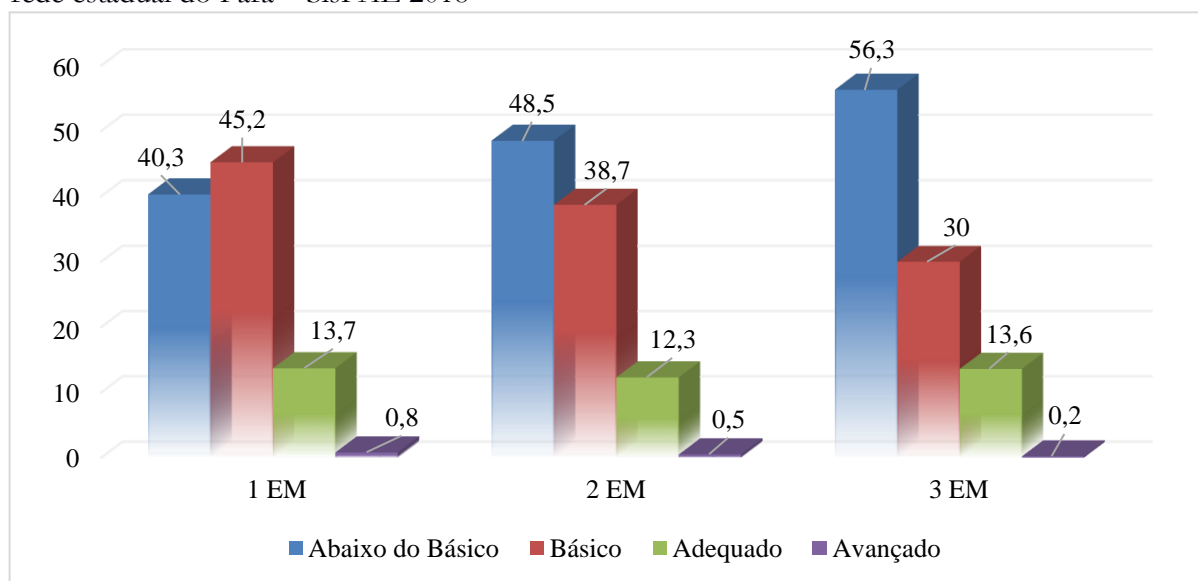
Os indicadores acima evidenciam um cenário preocupante em relação aos indicadores atingidos pelos estudantes do EM na disciplina de Matemática no SisPAE 2016. Verifica-se que uma parcela exorbitante dos alunos estava no Nível de Proficiência Abaixo do Básico em relação aos três anos dessa etapa de ensino. O número mais expressivo aparece no 3º Ano, em que 76,1% dos alunos que realizaram as provas do SisPAE em 2016 demonstraram domínio insuficiente dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para o ano escolar em que se encontravam na disciplina de Matemática.

Tal fato é preocupante, tendo em vista que o 3º Ano do EM representa o encerramento do ciclo dos estudantes na Educação Básica brasileira, e os que almejam adentrar no Ensino Superior podem encontrar dificuldades no seu acesso, pois o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que possui entre seus conteúdos programáticos a Matemática e suas Tecnologias para a realização de suas provas, é a principal porta de entrada nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Logo, se não há aprendizagem com qualidade do ponto de vista das avaliações em larga escala, se eleva o nível de desigualdade social, principalmente para os estudantes das camadas populares.

Posterior à edição de 2016, tivemos o SisPAE 2018, que foi a última edição realizada antes da pandemia global da Covid-19, responsável por afetar os sistemas educacionais do mundo todo. A pandemia teve impacto consubstancial na educação brasileira, tanto que a edição do SisPAE que seria realizada em 2020 precisou ser adiada para 2022, enfrentando inúmeros desafios para além daqueles que já se faziam presentes no cotidiano das escolas paraenses. Inclusive, os dados e resultados do SisPAE 2022 ainda não aparecem nos documentos oficiais do sistema, nem no site da Secretaria de Educação do Estado Pará. Diante disso, esse artigo se detém em discutir os dados e resultados do SisPAE até a edição de 2018.

Em 2018, o SisPAE movimentou escolas da rede estadual e municipal distribuídas por 143 municípios do Estado do Pará, os quais aderiram às avaliações do sistema. As provas foram aplicadas em dois dias consecutivos, 24 e 25 de outubro de 2018, mobilizando gestores, professores, estudantes e responsáveis. O Nível de Proficiência alcançado pelos alunos do EM na rede estadual se mantiveram praticamente estagnados se comparado à edição anterior, como pode ser observado no gráfico a seguir acerca do percentual de proficiência na disciplina de Língua Portuguesa.

Gráfico 5 - Percentuais de Alunos por Nível de Proficiência em Língua Portuguesa no EM na rede estadual do Pará – SisPAE 2018

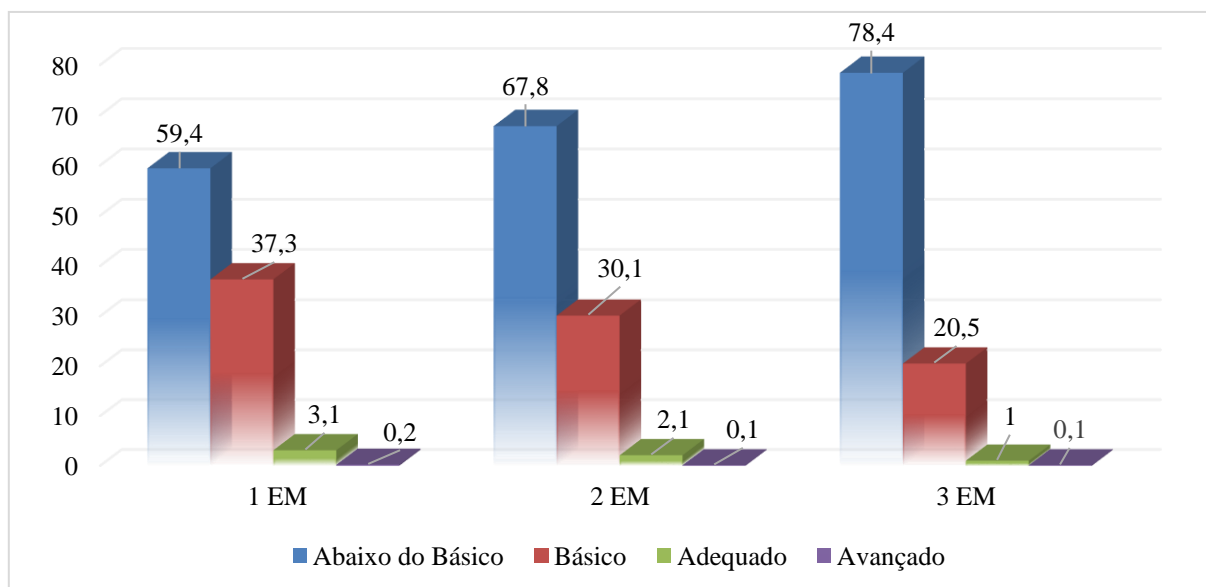


Fonte: <https://www.seduc.pa.gov.br/sispae/relatorio?ano=2018> Dados da Seduc/PA (2018).

Pode-se verificar que determinados Níveis de Proficiência tiveram aumento de apenas décimos em alguns anos do EM a respeito da disciplina de Português, ao passo que foram diminuindo em outros. Observa-se também, o aumento de décimos em alguns anos e declínio em outros. Evidencia-se nesse cenário que o SisPAE ainda encontra dificuldades em promover ações e mudanças concretas para a etapa do EM no Estado do Pará. Além disso, quanto ao Nível de

Proficiência em Português, os resultados pouco mudaram de uma edição para outra, dado que pode ser constatado também a respeito dos indicadores da disciplina de Matemática presentes no gráfico abaixo.

Gráfico 6 - Percentuais de Alunos por Nível de Proficiência em Matemática no EM no Estado Pará – SisPAE 2018



Fonte: <https://www.seduc.pa.gov.br/sispaef/relatorio?ano=2018> Dados da Seduc/PA (2018).

No gráfico 6, os resultados do Nível de Proficiência em Matemática no SisPAE 2018 pouco se altera em relação a edição 2016. O que se observa é uma oscilação mínima de um Nível e de um Ano escolar para o outro. O que chama atenção na edição de 2018, é o aumento no número de estudantes no Nível Abaixo do Básico no 3º Ano do EM, os quais foram de 76,1% em 2016 para 78,4% em 2018, sinalizando um número expressivo dos estudantes que demonstraram domínio insuficiente dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para seu respectivo ano escolar na disciplina de Matemática. Ademais, os resultados também apontam lacunas não só no processo de avaliação e aplicação das provas do SisPAE, mas também nas ações que se realizam a partir dos resultados e informações que se tem com esse sistema.

É evidente nos processos avaliativos realizados pelo SisPAE que esse sistema ainda sofre com dificuldades e limitações em sua aplicação e metodologia dentro das instituições educacionais no Pará, especialmente em relação aos indicadores da qualidade da educação nas escolas de Ensino Médio público paraense, os quais são medidos apenas pela aplicação de provas que concebem somente duas disciplinas do currículo escolar: Língua Portuguesa e Matemática, assim tal qual ocorre no SAEB, o que pode ser considerado frágil para promover uma formação humana integral dos estudantes paraenses.

Tendo em vista que a formação escolar integral e plena durante o processo de ensino e aprendizagem se configura muito além de duas disciplinas programáticas, faz-se necessário pensar meios que orientem outras áreas do conhecimento e que também são fundamentais para a formação dos estudantes, para quem sabe, assim, os indicadores se tornem ao longo do tempo mais favoráveis, principalmente no que diz respeito a etapa do Ensino Médio.

Considerações finais

Constata-se que a política de avaliação do SisPAE ainda se converge em representar os mesmos modelos de avaliação institucional e em larga escala existentes no país, como o conjunto de avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), concentrando-se nos resultados obtidos por meio das matrizes de proficiência e padrão de desempenho que fazem parte de sua metodologia, a qual pode ser considerada extremamente limitada para compreender as complexidades presentes no processo de ensino e aprendizagem nas escolas paraenses.

Mesmo buscando sistematizar as referências acerca do desempenho escolar dos estudantes, em que se propõe a promover uma organização da educação e do seu processo mediante os resultados obtidos com as provas realizadas, o SisPAE contempla, em si, aspectos inteiramente sedimentados no ponto de vista quantitativo, do que na concepção de qualidade em seu método. A educação enquanto prática social necessita ser compreendida em suas nuances históricas, sociais e políticas, o que requer pensar seus princípios e segmentos de forma holística e qualitativa.

Como já salientado, as condições em que muitos estudantes frequentam as instituições de ensino público no Pará não conseguem ser viabilizadas nas políticas educacionais propostas pelo sistema de avaliação, sendo o acesso à escola tomado pela precariedade de seus espaços físicos e vulnerabilidades das instalações que grande parte delas dispõem, as quais resultam em grandes problemáticas e desafios para as escolas. A exemplificação dos padrões de desempenho e níveis de proficiência contidos nas revistas pedagógicas do SisPAE, por exemplo, não refletem as dimensões e condições sociais e as especificidades de cada estudante da Região Norte. Muito pelo contrário, os dados e indicadores obtidos com as avaliações em larga escala são apenas expostos sem interpretação reflexiva/crítica, somente disponibilizados nas revistas de cada edição, na qual os resultados são interpretados limitadamente como bons, razoáveis ou ruins.

De início, a meta que se pretendia alcançar por meio das provas do SisPAE era a de ampliar em 30% o IDEB educacional do Pará até o ano de 2017. No entanto, os resultados evidenciam que o objetivo não foi atingido, revelando a dificuldade de se trabalhar com os indicadores obtidos por meio deste sistema de avaliação. Em relação ao Ensino Médio, isso se apresenta bem mais evidente, devido o SisPAE se concentrar muito mais na mensuração dos resultados alcançados

do que na compreensão do processo educativo em sua integralidade, principalmente quando se trata das especificidades referentes ao Ensino Médio público da Região Norte.

Referências

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. COSTA, Ana Maria Raiol da. NORONHA, GeanFerreira. *O Ensino Médio no Estado do Pará: os indicadores de oferta nas regiões de integração do Marajó e metropolitana de Belém no ano de 2014*. MARGENS –Revista Interdisciplinar. Dossiê: Corpo, Gênero e Sexualidade Versão Digital – VOL.11. N. 17. Dez 2017. (p. 209-223).Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/5444/4537> Acessado em: 15/05/2023.

BONAMINO, A.; FRANCO, C. *Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 108, p. 101-132, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TCDfghNzNbWbgtqW5NMmJ7G/abstract/?lang=pt> Acessado em: 20/011/2022.

CORRÊA, Paulo Sergio de Almeida. BARRETO, Edna Abreu. *O Ensino Médio no Estado do Pará segundo as estatísticas oficiais: os impasses das políticas públicas educacionais e os desafios para o século XXI*. Paper do NAEA 122, Belém, Agosto de 1999. Disponível: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11687/8068> Acessado em: 04/11/2022.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *Avaliação da educação básica e ação normativa federal*. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/zTgYMwR8wHwnsvkNzqXpjjj/> Acessado em: 27/05/2023.

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de; CORRÊA, Izete Magno. *A educação paraense na pandemia da Covid-19: desafios e possibilidades para o ano de 2021*. EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 09, p. 1-19, Jan., 2022. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6681> Acessado em: 10/06/2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Sistema paraense de avaliação educacional*. Belém,2015. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/sispae/pagina/11613-apresentacao> Acessado em: 12/04/2023.

PARÁ. Secretária de Estado e Educação. *Portaria Nº 919/2014-GS/SEDUC*. Belém, 2014. Disponível em: https://www.ioepa.com.br/pages/2014/10/20/2014.10.20.DOE_36.pdf Acessado em: 01/04/2013.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Sistema paraense de avaliação educacional*. Belém,2018. Disponível em: <https://sispae.vunesp.com.br/> Acessado em: 03/05/2022.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Revista do Sistema Paraense de Avaliação Educacional: referências e resultados*. Belém, 2016. Disponível em: <https://sispae.vunesp.com.br/> Acessado em: 01/08/2022.

QUEIROZ, Luiz Miguel. VALE, Cassio. SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. *A educação pública básica no Pará na ótica do Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE*. Educação: Teoria e Prática, v.28, n.59. p. 566-582, 2018. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/12240>

Acessado em: 24/07/2022.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional*. Brasília: Liber Livro Editora, 2003. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2168/2125>

Acessado em: 03/12/2021.